

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Deputados do PT defendem aumento de 14,84% no salário mínimo regional do Paraná

05/04/2011

Criar uma política permanente de reajuste salarial, estender o benefício a todas as categorias de trabalhadores e corrigir o reajuste em 14,84%. Essas foram as bandeiras defendidas pela bancada do PT na audiência pública sobre o salário mínimo regional do Paraná.

Os deputados reforçaram a posição da CUT de que é possível a correção de 14,84% ao atual piso. O governo ofereceu 6,9%. Se aprovada essa proposta, o novo piso regional vai ficar entre R\$ 708,74 e R\$ 817,78. “Assim que a mensagem do governo chegar à Assembleia, iremos apresentar emendas para garantir uma política permanente de reajuste e um aumento maior para o salário mínimo,” defendeu o deputado Tadeu Veneri.

A líder da bancada do PT, deputada Luciana Rafagnin reforçou a importância de uma política permanente ao reajuste, como a que existe com o salário mínimo nacional. “Todo ano as centrais sindicais discutem se vai ter ou não reajuste, é preciso fixar esse reajuste através de uma lei”.

De acordo com o estudo da bancada, a correção pelo índice maior é uma proposta que não terá grandes reflexos sobre as empresas já que alcançará apenas a parcela dos trabalhadores que são contratados por piso salarial abaixo de R\$ 663 e que não contam com a proteção das convenções coletivas. Para os trabalhadores que são representados por sindicatos e recebem piso abaixo desse valor, prevalece a negociação.

Para o líder da oposição, deputado Enio Verri(PT), não existe melhor política de distribuição de renda do que um salário justo, por isso é importante discutir uma maneira de perpetuar a política de salário mínimo.

A estimativa é que 423 mil trabalhadores no mercado formal sejam beneficiados com o piso regional no Paraná e direta e indiretamente 800 mil trabalhadores.

A Assembleia Legislativa deve receber na próxima semana a mensagem do governo que propõe o novo mínimo regional variável entre R\$ 708,74 e R\$ 817,78. Depois a matéria segue para

análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e das Finanças antes de ser votada em plenário.

Participaram ainda da audiência os deputados petistas, Professor Lemos e Péricles de Mello; representante da Secretaria do Trabalho, Nuncio Manala; presidente da CUT-PR, Roni Anderson Barbosa; supervisor técnico do Dieese, Cid Cordeiro e o diretor executivo da Fecomercio-PR Alberto Franco Samways.